

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 10 dezembro/16



ESPAÇO ASSOCIADO
**Casa do Povo de
S. Sebastião junto
da comunidade**

PÁGINA 3



PROJETOS EXEMPLARES
**Quinta do Galo
vai às escolas
falar da terra**

PÁGINA 4

PÁGINA 5

JOÃO PONTE, SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS

PRORURAL+ DÁ CONTRIBUTO ESSENCIAL À COMPETITIVIDADE

FOTOGRAFIA LUÍS GODINHO



PRORURAL+





Novos projetos a caminho

Aguardamos, por estas alturas, com a maior das expectativas, os resultados da criatividade dos nossos empresários e aspirantes a empresários, até ao próximo dia 15 de dezembro, altura em que encerra mais um período de candidaturas aos incentivos que disponibilizamos, no âmbito do programa PRORURAL+. Esperamos, por isso, que sejam inspiradores os ares e aromas outonais que tornam, ainda, mais mágicas e belas as nossas ilhas e que isso constitua mais um reprodutivo incentivo à criação de mais riqueza, mais empregos e bem-estar no âmbito do proposto na nossa Estratégia de Desenvolvimento Local.

No entanto, vão sendo finalizados os procedimentos administrativos para que os projetos apresentados, no início do corrente ano, e recentemente aprovados possam começar ver a luz do dia no que à sua execução respeita.

Em retrospectiva e enquanto aguardamos, ansiosamente, por poder divulgar mais novidades em relação ao que acabamos de mencionar, nesta edição, iremos conhecer melhor o resultado de dois projetos anteriormente executados e cujos resultados vão, já, trazendo novas dinâmicas ao nosso mundo rural. Falamos do projeto da responsabilidade da "Quinta do Galo", bem como do projeto da associação "Burra de Milho".

Para além disso, aproveitaremos, também, para saber mais acerca do trabalho diário do nosso associado Casa do Povo de São Sebastião, bem como para estar à conversa com o novo secretário regional da Agricultura e Florestas, Dr. João Ponte.

A fechar, espaço ainda para lançar um olhar na nossa recente participação na segunda edição da Feira "Angra com Futuro", promovida pela AJITER e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na qual fizemos por divulgar todas as oportunidades que disponibilizamos a atuais e novos empreendedores. Por fim, um convite para uma visita regular à nossa presença digital em www.grater.pt onde toda esta informação, e muitas outras, estão em permanente atualização.

Curiosidades... ...do mundo rural

É tempo das flores

Chamam-se poinsetias (*Euphorbia pulcherrima*), mas é por flores de Natal que toda a gente as conhece. É nesta altura que desabrocham e é nesta altura que fazem sentido nos arranjos florais que também compõem as mesas da época.

As poinsetias – ou flores de Natal – dão-se bem nos jardins ou em vasos, mas exigem cuidados. A planta, cujo período de floração acontece entre outubro e fevereiro, impõe uma elevada exposição solar (seis a oito horas por dia) e deve ser protegida das correntes de ar. A cada duas semanas é preciso, ainda, fertilizá-la com adubo e água aplicados na base da planta. Mas não é só: a verdade é que a flor exige cuidados específicos a cada mês.

De janeiro a março, por exemplo, há que manter a planta húmida, sempre que estiver seca; em abril, é tempo de começar a diminuir gradualmente o nível de água; em maio, aconselha-se a transplantação da poinsetia; em junho, há que verificar o crescimento da flor, assegurar que está à sombra, adicionar adubo e cumprir os horários da rega; já em julho, é preciso tratar dos ramos e do caule e arrancar, cuidadosamente, cerca de um centímetro em ambos, para incentivar uma boa ramificação e um crescimento equilibrado da poinsetia; em agosto, os ramos já deverão ter folhas novas que deverão ser presas ou cortadas para que fiquem apenas três a quatro folhas em cada ramo; em setembro, há que manter a flor do Natal à sombra e a uma temperatura acima dos 15° C; em outubro, é preciso passar a poinsetia da sombra para a completa escuridão durante cinco a oito horas por dia; já em novembro, a planta pode ser colocada à janela, já devendo ter, nesta altura, alguns botões de flor; em dezembro, a flor está como nova.



Em São Sebastião a Casa do Povo é do povo

A Casa do Povo da Vila de São Sebastião completou em novembro o seu 44º aniversário. Nestas décadas, diz Gisela Borges, presidente do organismo, tem reinado a solidariedade. A instituição é um dos pilares da freguesia e ultimamente tem-se destacado, também, no desporto.

São as instituições das freguesias quem melhor conhece as pessoas. São-lhes próximas, sabem-lhes as carências e as determinações. Às vezes, sabem-lhe o nome. Na Vila de São Sebastião, a Casa do Povo desempenha precisamente esse papel: está junto da comunidade, acompanha-lhe o crescimento, cuida-lhe da saúde tanto quanto pode, ajuda a colmatar-lhe as necessidades sociais, promove as festas e as tradições locais e assume, cada vez mais, um papel fundamental na dinamização do desporto na localidade.

A instituição fez 44 anos no mês passado. Para Gisela Borges, presidente do organismo, o balanço de mais de quatro décadas de proximidade só pode ser positivo, mesmo que às vezes os obstáculos que se impõem às organizações tornem mais complexa a tarefa de ajudar quem precisa. Não é só o problema da captação de interesse para a ativação dos corpos sociais da instituição; é, sobretudo, um problema de recursos: é cada vez mais complicado angariar o financiamento indispensável à prossecução dos objetivos das organizações. Na verdade, até é preciso algum engenho. Segundo a presidente da Casa do Povo da Vila de São Sebastião, há que aproveitar cada oportunidade, não só em termos de financiamento público, mas também na criação de receitas próprias. A instituição, aliás, tem uma rulote que roda as festas de verão e as touradas – a necessidade aguça o engenho.

Com o que consegue angariar, a Casa do Povo da Vila de São Sebastião tenta responder aos pedidos



da comunidade da freguesia, porque é para isso que existe. É por isso que promove, por exemplo, aulas relacionadas com atividades físicas – como a zumba e a aeróbica, por exemplo – ou que desenvolve uma parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome, apoiando cerca de 40 famílias (sobretudo as que têm mais idosos ou crianças com dificuldades) a cada dois, três meses. É por isso, ainda, que a instituição recebe, entre as suas portas, os enfermeiros que acompanham a saúde dos mais velhos da freguesia, aqueles que precisam de injeções, de medir a tensão arterial ou os níveis da diabetes.

No fundo, sublinha Gisela Borges, a Casa do Povo da Vila de São Sebastião colabora e desenvolve parcerias com todas as organizações que podem trazer algum benefício aos sebastianenses – que são, de facto, o foco da atividade da insti-

tuição. A responsável, que está há anos envolvida nos corpos sociais do organismo – primeiro com outros presidentes e, de há dois anos para cá, como cabeça de equipa – chama “bichinho da solidariedade” à vontade de ajudar os conterrâneos.

Até no desporto é assim e é precisamente nessa área que a instituição mais se tem destacado. É a Casa do Povo da Vila de São Sebastião que dinamiza o futsal na freguesia, contando hoje com cerca de 80 atletas divididos em cinco escalões. Gisela Borges explica a enorme adesão com o ambiente de amizade que se vive no grupo desportivo. “Há atletas que saíram por algum motivo e depois acabaram por voltar. Penso que é o convívio que têm connosco, o tratamento que o grupo lhes dá, que faz com que gostem de aqui estar. Depois, todos estão aqui a custo

zero”, avança a responsável.

E é à formação que o organismo dispensa mais atenção. Os juniores D e os juniores E, aliás, foram este ano campeões da ilha Terceira e vencedores da taça da associação, respetivamente. Para a Junta de Freguesia, que lhes apresentou um voto de louvor, “estes êxitos premeiam o esforço dos atletas, técnicos, dirigentes e associados e representam uma importante afirmação no plano desportivo e social da Vila de São Sebastião”.

É, de facto, à Casa do Povo que se deve essa projeção. Mas mais importante do que isso é a proximidade que a instituição permite criar entre os sebastianenses. O organismo promete continuar a sua missão, sobretudo se continuar a firmar as parcerias e protocolos que lhe permite estender a mão e abrir as portas a todos.



A Quinta do Galo também vai à escola

Imagine-se a possibilidade de levar uma quinta às escolas: cavalos e burros, pintos e galinhas; terra para mexer, sementes para semear, alfaias para agarrar. Imagine-se isto tudo numa carrinha, a andar de um lado para o outro, a fazer as alegrias dos miúdos. A Quinta do Galo imaginou e concretizou. O projeto chama-se “Uma quinta na escola” e já está na estrada.

A ideia de José Gabriel Nogueira sempre foi permitir que os mais velhos, mas também os mais novos, tivessem o contacto mais próximo possível com a terra. Poderia pensar-se que nos Açores esse é um problema que não se coloca, mas não. Segundo o responsável pela Quinta do Galo, na Terra Chã, a entidade promotora do projeto, é verdade que se fala em agricultura às crianças, mas não da maneira correta. Para além disso, as escolas têm o problema constante dos recursos, que não lhes permite oferecer espaços de contacto com o mundo rural. E os meninos não podem ir à quinta, vai a quinta ter com os meninos.

“Nós temos uma grande proximidade ao mundo rural – toda a gente tem um avô ou um tio que tem um pedaço de terra. Mas a informação que é passada aos miúdos não é a informação fidedigna. Nós queremos passar-lhes isso, mas também queremos passar-lhes o nosso conhecimento empírico, aquele que nos foi dito pelos nossos antepassados e que às vezes têm alguma graça, mas que também têm lógica. Queremos falar-lhes de como é possível produzir sem utilizar químicos e adubos. É que uma coisa são as produções bonitas, outra são as produções de qualidade”, avançou.



Ora, para fazer isto tudo, a Quinta do Galo candidatou-se com um projeto à GRATER (através do eixo 3 do PRORURAL) e adquiriu uma carrinha, um quiosque e folhetos que lhe permite ir de escola em escola a falar de animais, de condutas corretas em favor da natureza e da saúde. Para além disso, o espaço preparou uma horta onde as crianças podem meter as mãos na obra e cavar, plantar e semear, para depois ver emergir o fruto do seu trabalho. No total, esteve em causa um investimento de mais de 81 mil euros, elegível em mais de 78 mil euros e participado a 50%.

No fundo, atenta José Gabriel Nogueira, o que se pretende é ajudar a formar crianças e jovens mais atentos ao meio que os envolve e mais preocupados com os seus recursos. E, na verdade, não há melhor sítio para fazê-lo do que a terra.



Burra de Milho à descoberta do Ramo Grande



Sabe-se que o Ramo Grande é na Praia da Vitória, mas não se sabe o que é que o Ramo Grande implica. Na verdade, o Ramo Grande é muito mais do que um lugar. Há, ali, personalidade própria; há arquitetura, mas também uma raça de gado e um espaço socialmente delimitado. E foi para descobrir todas essas vertentes que a Associação Cultural Burra de Milho avançou com um documentário sobre aquele espaço a nordeste da Terceira.

“Acima de tudo, é um documentário com um forte cariz pedagógico e que pretende, mais do que tudo, criar conteúdos sobre as várias vertentes da origem da designação ‘Ramo Grande’: a vertente da geografia e geologia, com explicação geológica para a tipologia de solos daquela zona, sua fertilidade e sua composição; a vertente cultural e religiosa, particularmente no que diz respeito às faustosas e únicas decorações das festas do Ramo Grande; da história à arquitetura, com a explicação e desenvolvi-

mento do que são as ‘Casas do Ramo Grande’ e suas respetivas características. Para todas estas vertentes, são dadas ao espectador explicações por parte de investigadores e personalidades das áreas em questão”, sublinhou Helena Cordeiro, presidente do organismo.

O filme, que foi realizado em 2014 e 2015, conta com o contributo de académicos ligados à Universidade dos Açores, como Artur Machado, Avelino Meneses, Félix Rodrigues, Francisco Cota Rodrigues, mas também com personalidades como Paulus Bruno, coordenador do inventário do património imóvel açoriano, o padre Júlio Rocha e do ator Valter Peres.

Segundo a Burra de Milho, as vantagens deste trabalho - que foi beneficiário de um projeto apresentado ao PRORURAL através da GRATER e que foi apoiado em 80% - são múltiplas, até porque permitiu agregar informação que antes estava dispersa e, também, clarificar e corrigir determinados aspetos que sempre mereceram outra atenção.

Para melhor cumprir a sua missão de dar a conhecer este espaço físico e cultural tão importante da ilha Terceira, a Burra de Milho disponibilizou o documentário “Ramo Grande” no Youtube, no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=Vx7abyqhZKA>.

João Ponte, secretário regional da Agricultura

PRORURAL+ é essencial à competitividade

João Ponte é o novo secretário regional da Agricultura e Florestas. Em entrevista à “Olhar o Mundo Rural” defende a importância do PRORURAL+. O instrumento, sublinha, vai permitir apoiar investimentos em cerca de mil explorações agrícolas e formar quase duas mil pessoas em todo o arquipélago.

Acaba de assumir o cargo de secretário regional da Agricultura e Florestas. Que desafios vão ser colocados a estes setores nos próximos quatro anos?

O principal desafio passa por acrescentar valor em cada uma das fileiras da atividade agrícola, assente na diversificação e na qualificação, de forma a aumentar o rendimento dos produtores e vitalidade da indústria, consolidando o estatuto de “Açores – Região de Excelência”.

Para mitigar as consequências das decisões europeias sobretudo ao nível do embargo russo e do fim das quotas leiteiras, além de uma resposta europeia e nacional, que terá sempre que existir, o nosso grande desafio será consolidar a valorização dos nossos laticínios com a aposta nas vertentes da comercialização e da competitividade.

No que diz respeito à carne, é necessário também trazer mais valor ao produto açoriano para crescermos em termos de vendas no mercado continental e internacional.

A nossa prioridade na produção de hortofrutícolas e flores é aumentar a sua produção, com vista à redução das importações e aumentarmos o potencial em algumas das produções.

Vamos apostar no crescimento da produção e da qualidade do vinho nos Açores, reforçando a sua notoriedade nacional e internacional.

Nas florestas, o desafio é reforçar a componente económica da fileira, através da promoção de uma gestão florestal ativa e profissional nos setores público e privado, que vise a valorização dos produtos da floresta e o aumento da competitividade do setor.

Do Programa de Governo, que medidas destacaria como sendo de fulcral importância para esta legislatura?

Em primeiro lugar, vamos consolidar uma política integrada para a redução dos custos de produção agrícola, que passa pela melhoria das infraestruturas, e pelo aproveitamento dos instrumentos que vamos colocar à disposição do setor, desde a formação ao aproveitamento dos fundos comunitários para a modernização das explorações.

A par disso, queremos apostar na entrada de mais jovens no setor agrícola, consolidando o rejuvenescimento registado nos últimos anos, através da criação de um programa específico.

Vamos também criar um programa de promoção da Agroindústria Regional, visando quer o reforço da presença dos produtos açorianos nos mercados de exportação tradicionais, quer a procura de novos mercados.

Ao nível externo, é importante reforçar a defesa das especificidades do setor agrícola dos Açores junto da União Europeia, com o objetivo de possibilitar uma melhor adaptação das medidas da PAC às características e constrangimentos particulares do setor na Região e proceder à avaliação e atualização dinâmica do PRORURAL+ e do POSEI e outros instrumentos de política pública, adequando-os à evolução do setor agrícola, florestal e agroalimentar.

Uma das áreas em que o Governo Regional se propõe investir tem que ver com a diversificação agrícola. Por que motivo é importante avançar com este trabalho? E como pretende fazê-lo?

A Região tem um grande potencial para a produção de hortofrutícolas, florícolas e vinícola.

Nos últimos anos progredimos muito, tanto no aumento do número de produtores como da área cultivada, daí que seja importante continuar com esta trajetória de crescimento para reduzirmos as importações de hortofrutícolas e consolidarmos a nossa capacidade exportadora na produção de flores e de vinho.

Para termos sucesso, é importante reforçar a organização da produção de modo a ganhar escala e poder negocial e fomentar as produções mais típicas em cada ilha.

Passa também por promover o crescimento do consumo interno de produtos regionais, valorizando a sua qualidade, e apoiar as iniciativas de diversificação e promoção de formação, de modo a que os agricultores ganhem mais competências para tornarem as suas explorações cada vez mais rentáveis e competitivas.



E que relevo vai o Executivo Regional dar ao desenvolvimento das zonas rurais do arquipélago?

O setor agrícola é aquele que mais contribui pelo desenvolvimento das zonas rurais e para a fixação das pessoas nesse meio. Daí que quanto mais apostarmos no setor agrícola mais progresso garantimos para o meio rural.

É preciso assim continuar este trabalho e promover, cada vez mais, o desenvolvimento das zonas rurais que ocupam a maior parte do nosso território.

Vamos, por isso, prosseguir com a qualificação das infraestruturas de apoio às explorações em todas as ilhas dos Açores e incentivar todos aqueles que de maneira empreendedora optarem por aumentar as suas propriedades agrícolas através de programas como o RICTA e rejuvenescer o setor agrícola através da saída digna dos agricultores utilizando o programa da Reforma Antecipada.

Fica sob a alçada da secretaria regional que dirige, aliás, a gestão do PRORURAL+. Que leitura faz do papel do programa no desenvolvimento rural dos Açores?

Tem tido um papel fundamental e a adesão dos agricultores tem sido notável.

O PRORURAL+ tem permitido o aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, tem promovido a melhoria das infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal e ainda a melhoria do ambiente e da paisagem rural.

Fundamental ainda tem sido o papel deste programa na promoção da qualidade de vida nas zonas rurais, na diversificação da economia rural, com a criação e desenvolvimento de microempresas, no desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer e ainda na promoção da conservação e valorização do nosso património rural.

Que metas pretende o Governo Regional atingir, até 2020, com a implementação do PRORURAL+?

O objetivo principal é aumentar a sustentabilidade do setor agroflorestal, aumentando a competitividade da produção agrícola local e reforçando, simultaneamente, a preservação e a restauração do ambiente e das paisagens tradicionais.

Para além da gestão dos recursos naturais, estamos a falar no apoio a investimentos na modernização e reestruturação de cerca de mil explorações agrícolas e a formação de cerca de quase duas mil pessoas em todo o arquipélago.

GRATER marca presença na feira “Angra com futuro”

A GRATER participou na feira de empreendedorismo “Angra com futuro”, organizada pela AJITER – Associação de Jovens da Ilha Terceira, em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Coube à associação de desenvolvimento regional a apresentação da palestra “Investimentos na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas”.

Na sua intervenção, Carmen Toste, coordenadora do organismo, falou aos jovens empreendedores sobre as intervenções geridas pela associação no âmbito do Desenvolvimento Local de Base Comunitária LEADER. Em causa, explicou, estão investimentos na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas; investimentos em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia; investimentos em serviços básicos locais; investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas; e investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental. Quanto aos critérios de elegibilidade dos beneficiários, referiu, é necessário, entre outros aspetos, que estejam legalmente constituídos, que possuam capacidade profissional adequada à atividade

a desenvolver, que apresentem o formulário de candidatura e a documentação exigida, que cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, que tenham aberto atividade económica nos serviços de finanças, que estejam certificados pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), que demonstrem possuir uma situação económica e financeira equilibrada, que possuam um sistema de contabilidade de acordo com a legislação em vigor, e que tenham a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.

Os pedidos de apoio, adiantou Carmen Toste, deve ser na sequência da abertura do concurso, com o plano estabelecido, que é divulgado no sítio da internet da GRATER, no portal do PRORURAL+ e no portal do Portugal 2020.

A coordenadora da associação de desenvolvimento regional sublinha, ainda, que a execução material das operações deve iniciar-se no prazo máximo de seis meses a contar da data da submissão autenticada do termo de aceitação e estar concluída, física e financeiramente, no prazo máximo de dois anos a contar da mesma data.



Na segunda edição do encontro, que decorreu de 18 a 20 de novembro no Pátio d’Alfândega, foi possível assistir à exposição de projetos empreendedores oriundos da ilha Terceira, mas também de projetos empreendedores e criativos provenientes de outras ilhas da região e do continente.

A feira pretendeu, ainda, disponibilizar uma rede de apoio e suporte aos empreendedores e futuros empreendedores, contando para isso com junção de sinergias e representação de várias entidades oficiais e privadas.

Do programa constaram, também, repartidos pelas várias horas e dias do programa apresentações de todas as entidades presentes bem como uma mesa redonda com empresários e palestras. Foram realizadas, igualmente, diversas oficinas e workshops orientados para a formação e sensibilização dos atuais e futuros empreendedores em matérias práticas, orientadas para a promoção do sucesso dos projetos.

“O facto de nos propormos a empreender esta realização é, simplesmente, pretender dar um contributo para uma missão que é árdua e que deve ser responsabilidade de todos os atores sociais, desde públicas a privadas. Precisamos continuar a criar riqueza e a desenvolver a nossa terra. Essa é uma responsabilidade de toda a sociedade e de cada um de nós”, disse Décio Santos, presidente da AJITER, a propósito da concretização de formações destinadas aos futuros empresários.



IFAP delega tarefas aos grupos de ação local e à Federação Minha Terra

fotografia CÂMARA MUNICIPAL DO SARDOAL



O Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas (IFAP), os Grupos de Ação Local e a Federação Minha Terra (FMT) assinaram, no início do mês passado, um protocolo de delegação de tarefas.

Com este documento, o IFAP atribui aos 56 Grupos de Ação Local do Continente e da Região Autónoma da Madeira a responsabilidade de executar tarefas inerentes ao exercício das funções de organismo pagador das despesas financiadas pelo FEADER, nomeadamente, a análise dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários, o acompanhamento das operações aprovadas no seu território de intervenção e a identificação de beneficiários, no âmbito

dos apoios concedidos através das medidas LEADER do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente (PDR 2020) e do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PRODERAM 2020), para o período 2014-2020.

Por outro lado, o protocolo permite delegar, na Federação Minha Terra, tarefas de gestão de perfis de acesso dos Grupos de Ação Local ao sistema de informação do IFAP, articulação com o IFAP de atividades de formação das equipas dos Grupos de Ação Local para o exercício destas funções, divulgação junto dos Grupos de Ação Local de documentos e informações relevantes, representação oportuna

dos Grupos de Ação Local, e colaboração na realização de ações de acompanhamento e controlo de qualidade na execução das tarefas delegadas.

Decorreu na mesma ocasião, no Centro Cultural Gil Vicente, no Sardoal, uma conferência sobre o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Face à litoralização e ao acentuado despovoamento, envelhecimento e empobrecimento do interior do país, e à consequente perda de coesão territorial e social, o documento, recentemente aprovado pelo Governo da República, identificou 164 medidas, organizadas em torno de cinco eixos de intervenção, que visam um território do interior mais coeso, mais com-

petitivo, mais sustentável, mais conectado, mais colaborativo, contra uma desertificação que é considerada “galopante”.

As medidas pretendem contrariar as assimetrias regionais, atrair e fixar as pessoas nas regiões do interior, promovendo oito iniciativas, que constituem a ‘Agenda para o Interior’, organizadas em torno de desafios e questões estruturantes que se colocam aos desenvolvimentos dos territórios do interior – envelhecimento com qualidade; inovação da base económica; capital territorial; cooperação transfronteiriça; relação rural-urbana; acessibilidade digital; atratividade territorial; abordagens, redes e participação.



“Não podemos deixar as zonas rurais para trás!”

“Cork+20: não podemos deixar as zonas rurais para trás!”: o apelo à ação contra o declínio das zonas rurais foi tema da conferência organizada pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE) e pelo Comité das Regiões (CDR) a nove de novembro, em Bruxelas.

A conferência tinha o duplo objetivo de discutir com a Comissão, o Parlamento e o Conselho europeus o estado dos territórios rurais, bem como desafiá-los a apresentarem medidas concretas sobre o modo de implementação do “rural proofing” (validação rural das medidas) a todas as políticas europeias.

Quer o presidente do departamento da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do CESE, Brendan Burns, como o vice-presidente do CDR, Karl-Heinz Lambertz, pediram à Comissão Europeia que subscrevesse o novo conceito de “rural proofing” integrado na nova declaração de Cork 2.0, visando um compromisso para que, através da sua aplicação, se contribua para uma melhor integração das potencialidades e das fragilidades das zonas rurais na futura elaboração e implementação das políticas da União Europeia.

De acordo com ambos os responsáveis, essa ação da Europa é importante, nomeadamente tendo em conta que os objetivos da primeira declaração Cork não foram atingidos. Apesar de se ter exigido, há vinte anos, altura em que surgiu o primeiro documento, um equilíbrio mais justo entre zonas rurais e urbanas no que respeita à



despesa pública e aos investimentos (a chamada “preferência rural”), os financiamentos para as zonas rurais têm vindo a diminuir.

Hoje, as zonas rurais e intermédias abrangem 91% dos territórios União Europeia e 60% da população; fornecem 56% dos empregos e geram 43% do valor acrescentado bruto. Contudo, a tendência constante, adiantam, é a de

deterioração desta situação. Em 2014, o “6º Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial” confirmava que o fosso entre as zonas rurais e urbanas continuava a crescer. De igual modo, os resultados do estudo do CDR corroboraram que o bem-estar e os interesses das zonas rurais eram tendencialmente menos considerados.

BOAS FESTAS

*O Conselho de Administração e a Equipa Técnica da
GRATER*

*- Associação de Desenvolvimento Regional -
desejam-lhe um Feliz Natal e
um Próspero Ano Novo.*